

TRÍPLICE FRONTEIRA E A GUERRA AO TERROR: UMA ANÁLISE SOBRE OS REFLEXOS DA GUERRA AO TERROR SOBRE O CONE SUL (2001-2006)

Paulo Roberto Alves Teles

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro

pauloteles_aju@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo analisar as questões geopolíticas na América do Sul após a *Guerra ao Terror*. A pesquisa utiliza como metodologia a análise de fontes oficiais e extraoficiais. Para isso, tomamos como fontes primárias os relatórios oficiais sobre os atentados promovidos contra a Argentina (Amia, 1994) e contra os Estados Unidos (World Trade Center e Pentágono, 2001). No caso argentino, selecionamos o relatório apresentado em 25 de outubro de 2006 por Alberto Nisman e por Marcelo Martinez Burgos. Sobre o relatório produzido para tratar do atentado cometido contra os EUA, utilizamos o documento produzido pela Comissão 11/9 ou Comissão do 11 de Setembro em 27 de novembro de 2002. Também foi utilizado por esse trabalho fontes jornalísticas do The New York Times, Washington Post, Clarín e Página 12. Marcada por uma intensa atividade criminosa, a Tríplice Fronteira poderia ser utilizada como região para o planejamento de um atentado em quaisquer regiões do globo. A corrupção generalizada e a fraqueza institucional dos três países que compõe essa área evidenciam obstáculos para o combate a quaisquer atividades terroristas que pudessem se desenvolver na região. Somada a isso, a *Guerra ao Terror*, pode ter sido utilizada como mecanismo de expansão dos interesses geopolíticos estadunidenses na região. Nesse caso, para o sistema aquífero guarani (SAG), maior sistema aquífero de água doce do mundo localizado exatamente na Tríplice Fronteira. Ressaltemos também o fato de que, entre os países da América Latina, a Argentina é aquele que possui o mais desenvolvido programa nuclear e que sua aproximação com o Irã não fora bem vista pelo governo estadunidense. Diante do que fora exposto, acreditamos que o Relatório no caso Amia (2006) atende a uma geopolítica

estadunidense reforçada após os eventos ocorridos no 11 de setembro. Outrossim, a acusação de fragilidade governamental é estendida para os países componentes da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) é frequentemente apresentada pelo *USSOUTHCOM AND* (Comando do Sul dos Estados Unidos), o qual sustenta que teoria de que a região da Tríplice Fronteira se configura como uma espécie de *Safe Heaven*, isto é uma área segura para o planejamento de atentados terroristas em outras regiões do mundo. A região tem sido alvo de preocupações das autoridades dos três países já há algum tempo. Marcada por uma intensa atividade criminosa, tais como tráfico de drogas e de armas, lavagem de dinheiro, entre outras, a Tríplice Fronteira poderia ser muito facilmente utilizada como região que forneceria subsídios necessários para o planejamento de um atentado em quaisquer regiões do globo.

Palavras-chave: Extremismo; Cone Sul; Tríplice Fronteira

Introdução

Ao receber o prêmio de "consciência global" em 2002, outorgado pelo "Club of Budapest" em Frankfurt (Alemanha), o renomado ator Peter Ustinov afirmou "Não se pode travar uma guerra contra terroristas, sem se tornar também terrorista"¹. Naquela oportunidade, Ustinov desferia críticas a Guerra do Iraque (2003-2011) promovida pelos Estados Unidos como desdobramento da sua política de combate ao terrorismo denominada "Guerra ao Terror", uma das molas mestras da Doutrina Bush.

De fato, historiadores, cientistas políticos, sociólogos e demais pesquisadores ainda não encontraram uma definição que sintetizasse o que é o terrorismo, especialmente, aquele que se manifesta a partir do 11 de setembro de 2001. A prática do Terror está entrelaçada a história da violência humana, sobretudo, quando esta é manifestada em situações de conflito e táticas de guerra. Sun Tzu, em *A Arte da Guerra* (1998)², teria dito "Mate um, amedronte dez mil", todavia, o Novo Terrorismo ou

¹ Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/paulo-coelho-e-peter-ustinov-recebem-pr%C3%A0mio-em-frankfurt/a-650234>> Acesso 06 jun 2018;

² TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Tradução de Thomas Cleary. 10 ed. Rio de Janeiro. Ed: Pensamento, 1998;

Terrorismo internacional demonstra que a capacidade de morticínio realizada por essa prática não só foi potencializada como também trouxe impactos psicológicos ainda maiores, o que redefiniu novas posturas políticas por parte de governos e indivíduos, além de legitimar práticas ainda mais violentas como a intervenção norte-americana realizada no Iraque a partir de 2003.

Nesse sentido, observa-se que o dia 11 de setembro de 2001, marca o nascimento de uma Era construída sob a perspectiva do medo e da busca exasperada por segurança mediante os perigos e ameaças de um inimigo invisível. Não é de se estranhar o aumento das políticas de segurança, vigilância e securitização.

1. O mundo em que vivemos: A construção da geopolítica americana pós-11 de setembro

Compreender o mundo pós 11 de setembro reside, acima de tudo, na percepção de enfraquecimento dos sistemas democráticos, a começar pelo próprio sistema americano. Ainda que esse mesmo modelo tenha apresentado uma certa esperança com a eleição do Presidente Barack Obama em 2008, o que se assistiu na geopolítica mundial, muitas vezes capitaneada pelos Estados Unidos, foi a fragilização das liberdades individuais tão caras aos regimes democráticos.

A *Doutrina Bush*, como ficou conhecida, pretendia reconstruir toda a política externa e as ações americanas no Oriente Médio, a começar pelo desmonte de governos autoritários contrários ao ocidente. No entanto, tais práticas, que resultaram na Guerra do Afeganistão (2001-...) e na Guerra do Iraque (2003-2013), também foram responsáveis por uma tentativa equivocada de implantação de regimes democráticos no mundo árabe. Essa prática desestabilizou toda a região e culminou em grandes eventos massivos ocorridos durante a Primavera Árabe (2010).

Os resultados disso? Guerra civil na Líbia (2014 - ...), desestabilização do Egito, o morticínio em voga na Guerra civil síria (2011 - ...), a crise de refugiados e, por fim, a proliferação de novos e mais violentos grupos terroristas, em especial o *Daesh*. Ainda que tenha havido sucessos no enfraquecimento da capacidade operacional da Al-Qaeda, os reflexos surgidos a partir de 2001 apresentam um prognóstico muito mais negativo. Como

os documentos aprovados em 2006 pelo governo americano denominado *Military Commissions Act* e *Act Military Commissions act*, os quais nas palavras de Moniz Bandeira (2017, p.77) consistiram em

“(...) *legalizar os crimes de guerra e as violações de direitos humanos, que as Forças Armadas, a CIA e outros órgãos de repressão e inteligência estavam a praticar com a autorização explícita da administração do presidente George W. Bush (...)*”

As arbitrariedades cometidas pelas autoridades e instituições americanas sob o véu do discurso de *Guerra ao Terror* apresentaram um efeito catastrófico. Se internamente, serviram para reduzir as liberdades individuais e aumentar a vigilância sobre os seus cidadãos, externamente foram responsáveis pelo desmonte do Estado Líbio, pelo aprofundamento da Guerra civil na Síria e pelo fomento de grupos extremistas rebeldes, assim sendo, as supostas vitórias americanas nas Guerras do Afeganistão (2001 - ...) e do Iraque (2003 – 2013) somadas a morte de Osama Bin Laden (2011) comemoradas como símbolos de vitória da política externa estadunidense, configuram-se como verdadeiras *vitórias de Pirro*, especialmente quando postas em paralelo aos efeitos dessa mesma política no restante da região.

2. Segurança e Securitização: A Política de Guerra ao Terror e o seus reflexos sobre a Tríplice Fronteira

Os estudos que norteiam os debates sobre segurança envolvem assim principalmente em três vertentes: Tradicionalista ou Realista, a Perspectiva Crítica e a Escola de Copenhague. De maneira breve, uma vez que discorrer sobre as políticas de segurança internacional não correspondem ao objetivo central desse trabalho, entendemos que a vertente tradicionalista, surgida no imediato pós-2ª Guerra e que possui como principal expoente John Herz (1950), tem como parâmetro a concepção de auto-ajuda entre os Estados-Nação interessados em estabelecer um grau de cooperação que garanta a sua existência e evite um ambiente anárquico. No entanto, era necessário estabelecer aquilo que Herz (1950) definiu como jogo de “soma-zero”, o qual consistiria no equilíbrio de forças entre as potências a fim de garantir a paz entre elas, uma vez que, caso algum

dos Estados conseguisse proeminência sobre os demais automaticamente reduziria a segurança dos mesmos. Amaral (2010) define que essa corrente estabelece a ideia de que

“(...) A segurança é o objetivo e o fim constante e a distribuição das capacidades materiais é a variável e o meio que se altera e serve de parâmetro para o cálculo racional dos Estados autointeressados no jogo do equilíbrio de poder internacional (...)” (p.52, 2010).

A Perspectiva Crítica, de tradição iluminista, pauta-se no princípio de construção de uma sociedade que forneça um ambiente seguro para a possibilidade de emancipação humana, no sentido moderno do termo, isto é, uma realidade na qual os valores associados à liberdade e aos direitos fundamentais sejam respeitados.

Já a Escola de Copenhague tem suas bases estão assentadas nos anos 1980, quando em 1985 fora criada com o propósito de realizar estudos para a paz. *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), como é conhecida, e demarcava o período de pós-Guerra Fria. Seus principais pontos de discussão são: os setores de segurança, os complexos regionais de segurança e a teoria de securitização, a qual define a segurança como uma temática específica garantida e assegurada desde o ato do discurso até o exercício prático de ações.

Portanto, a segurança adquire pela teoria da securitização um aspecto intersubjetivo verificado no nosso trabalho pela publicação dos Relatórios oficiais sobre os atentados cometidos no 11 de setembro e contra a Amia, uma vez que esse aspecto é trazido através de uma retórica de segurança utilizada como instrumento legitimador de ações de securitização e sacrifícios de direitos individuais da sociedade constitucionalmente garantidos. A securitização é, antes de tudo, um discurso e diante da Guerra ao Terror, tornou-se ainda mais presente, seja em documentos oficiais publicados pelos Estados Unidos, seja pela mídia internacional.

O medo se torna ainda mais visível quando o Relatório do 11 de setembro apresentou que uma das propostas realizadas por Khalid Sheikh Mohammed (KSM) considerado o principal arquiteto do atentado era assustadoramente ambiciosa, de acordo com o Relatório

“(...) KSM insistiu para os seus interrogadores que ele sempre pensou em sequestrar e derrubar grandes aeronaves comerciais. De fato, KSM descreve um plano original grandioso: um total de dez aeronaves a serem sequestradas, nove delas atingindo alvos em ambas as costas - incluindo aquelas eventualmente atingidas em 11 de setembro, além da sede da CIA e do FBI, usinas nucleares e os mais altos edifícios na Califórnia e no estado de Washington (...)” (KEAN & HAMILTON, p.148, 2004)³. Tradução nossa

Em virtude desse cenário pavoroso, agências de segurança e os seus respectivos governos adotaram medidas que, muitas vezes, feriram liberdades individuais em nome de uma suposta sensação de preservação. Portanto, percebe-se que a globalização dos meios de comunicação, consumo e transporte não só foi responsável pela expansão do terror, como também pela ampliação global das políticas de monitoramento e segurança para o combate a esse medo. Nem o célebre escritor George Orwell (2009) previra esse cenário ao publicar em 1949 a sua distopia futurista denominada 1984, certamente, ao se debruçar sobre a capacidade de vigilância da Homeland Security (Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos) e da NSA (Agência de Segurança Nacional), Orwell ficaria estupefato.

Desse modo, até que ponto essas acusações são pautadas em provas factuais que legitimem intervenções militares? Quais os riscos apresentados por esse tipo de discurso e principalmente pela prática subsequente a ele? O Iraque talvez seja um bom exemplo dos perigos assinalados pela postura supracitada. Em relação ao Cone Sul, observa-se uma constância nas insinuações a respeito da Tríplice Fronteira, vista por instituições do governo americano como uma espécie de refúgio de terroristas e local para o planejamento e financiamento de novos atentados, nas recomendações do Relatório 11 de Setembro

“(...) Os Estados Unidos deveriam envolver outras nações no desenvolvimento de uma estratégia abrangente de coalizão contra o terrorismo islâmico. Existem várias instituições multilaterais nas quais tais questões devem ser abordadas. Mas as políticas mais importantes devem ser discutidas e coordenadas em um grupo de contato flexível

³ “(...) KSM has insisted to his interrogators that he always contemplated hijacking and crashing large commercial aircraft. Indeed, KSM describes a grandiose original plan: a total of ten aircraft to be hijacked, nine of which would crash into targets on both coasts—they included those eventually hit on September 11 plus CIA and FBI headquarters, nuclear power plants, and the tallest buildings in California and the state of Washington (...)”

dos principais governos de coalizão. Esse é um bom lugar, por exemplo, para desenvolver estratégias conjuntas visando combater o deslocamento de terroristas ou para elaborar uma estratégia comum para os locais onde terroristas pode estar encontrando santuário (...)”.
(KEAN & HAMILTON, p. 379, 2004)⁴ Tradução nossa.

Ainda que a primeira menção a presença de terroristas na Tríplice Fronteira tenha sido realizada em 1992 com a publicação do *Patterns of Global Terrorism*, relatório anual sobre atividades consideradas terroristas ocorridas no mundo, foi em 27 de setembro de 2001 que o jornalista Larry Rother (*The New York Times*) a descreveu como um santuário de terroristas⁵. A divulgação dessa notícia somada aos atentados contra a Embaixada Israelense (1992) e Associação Mútua Israelita Argentina (1994), ambos sob suspeita de ações do Hezbollah, além do cenário de pânico estabelecido após os atentados contra os Estados Unidos em 2001, fortaleceram a ideia de que o *inimigo invisível* poderia estar em qualquer lugar e conseqüentemente, também reforçaram as políticas de securitização.

O discurso de medo somado a políticas governamentais de segurança tem resultado em ações que vão desde a demarcação de territórios como “santuários de terroristas” a serem vigiados, a Tríplice Fronteira como exemplo, até a intervenções militares como as que ocorreram no Iraque e na Líbia. *Ciro Leal M. da Cunha* (2009) ressalta que

“(...) As novas tecnologias de transportes, comunicação e fluxos financeiros, marca dos anos 1990, ensejaram essa tendência. Hoje, o terrorismo tende à transnacionalização – para santuários, obtenção de fundos, armas e outros recursos (...)” (p.37)

⁴ “(...) *The United States should engage other nations in developing a comprehensive coalition strategy against Islamist terrorism. There are several multilateral institutions in which such issues should be addressed. But the most important policies should be discussed and coordinated in a flexible contact group of leading coalition governments. This is a good place, for example, to develop joint strategies for targeting terrorist travel, or for hammering out a common strategy for the places where terrorists may be finding sanctuary (...)*”

⁵ Ver ROTHER, Larry. Terrorists are sought in Latin smuggler’s Haven, **The New York Times**, New York, 27 set. 2001. Disponível < https://www.nytimes.com/2001/09/27/world/terrorists-are-sought-in-latin-smugglers-haven.html?rref=collection%2Fbyline%2Flarry-rother&action=click&contentCollection=undefined®ion=stream&module=stream_unit&version=search&contentPlacement=3&pgtype=collection > Acesso em 01 abril 2017.

Em virtude disso, as políticas de monitoramento promovidas pelos Estados Unidos e as suas tentativas de buscar aliados nas mais diferentes áreas do globo remetem a uma ampliação ou até mesmo retomada dos esforços americanos em reafirmar o seu poder no pós-Guerra Fria.

3. Ao Sul da Fronteira: O *nó górdio sulamericano* e o atentado contra a Associação Mútua Israelita Argentina

18 de julho de 1994, a Associação Mútua Israelita Argentina sofreu um atentado terrorista responsável pela morte de 85 pessoas, por cerca de 200 feridos e por aquele que fora o maior ataque à comunidade judaica desde a era nazista. Mesmo com tantos agravantes, o caso continua sem respostas claras, porém com inúmeras especulações.

O rabino Avi Weiss, é uma das principais vozes a levantar suspeitas sobre a cumplicidade do governo Menem e de autoridades argentinas em relação aos atentados. Weiss denunciou que Monzer al Kassar, terrorista sírio, esteve envolvido numa série de negócios escusos com membros do governo e das forças armadas argentinas na Era Menem (1989-1999), e que esteve associado à lavagem de dinheiro pelo Banco de Crédito Comercial Internacional, o qual teria promovido financiamento a práticas terroristas.

Monzer al Kassar poderia ter sido o elo necessário para provar a participação da Síria no financiamento ou no planejamento dos atentados contra a comunidade judaica em Buenos Aires. No entanto, apesar de o Relatório oficial Amia / Daia (Delegação de Associações Israelitas Argentinas) (1997) recomendar a continuidade das investigações, autoridades israelenses optaram por não levar a investigação adiante por entender o papel estratégico da Síria nas negociações de paz no Oriente Médio naquele período. Outro documento importante é o relatório produzido pelo Acción por la República (partido político do ex-ministro da Economia, Domingo Felipe Cavallo), o qual sugeria como gatilho para os bombardeios um encobrimento do financiamento sírio e libanês da campanha ilegal de Menem e as promessas insatisfeitas de Menem para os países árabes.

Outras graves denúncias apontam para a retirada de policiais do local do atentado momentos antes do ocorrido e para o emprego de pessoas com posturas de extrema-direita em cargos oficiais, como é o caso de Pascual Oscar Guerrieri, acusado de ter sido

torturador durante a última ditadura militar e que foi nomeado por Menem como um assessor SIDE (Secretaria de Inteligência de Estado).

Também podemos acrescentar como suspeito um ex-coronel da inteligência síria (Ibrahim al Ibrahim), intimamente ligado a Menem, que teria recebido cidadania argentina e, mesmo sem dominar o idioma espanhol, teria sido nomeado assessor especial da Alfândega argentina, posição essa que lhe facilitaria quaisquer atividades ilícitas de tráfico.

Nesse sentido, a atuação autônoma de organismos do governo evidencia o esvaziamento do poder central e sérios problemas de governabilidade por parte do Estado argentino. Diante dessas suspeitas e denúncias, resta o papel do grupo Memoria Activa (Grupo composto por familiares das vítimas do atentado contra a Embaixada Israelense e Amia) como organismo civil que tem atuado na promoção de ações que pressionem as autoridades em busca da verdade, especialmente no que diz respeito à atuação do juiz responsável pelo caso, Juan José Galeano.

O correspondente do New York Times, Larry Rother publicou uma entrevista na qual Nilda Garré (chefe da Unidade Especial de Investigação do Ministério da Justiça os Ataques) teria dito

“(...) não só não houve apoio para chegar ao fundo deste caso; também se pode dizer que alguns órgãos do governo sabotaram ativamente a investigação (...). (...) a inteligência do Estado e a polícia federal estão claramente envolvidas ... mas também há evidências que apontam para o envolvimento de agências que vão desde a Imigração até o ministério das Relações Exteriores (...)”. (GARRÉ, in ROTHER, 2002). Tradução nossa.

Portanto, é preciso atentar que a corrupção generalizada existente em vários segmentos das agências de segurança do Estado argentino provou ser um elemento importante tanto no encobrimento quanto nas cumplicidades de envolvimento mercenário que facilitariam o ataque. É preciso também lembrar que essa corrupção endêmica

⁶ “(...) not only has there been no support for getting to the bottom of this case; you can also say that some government organs have actively sabotaged the investigation (...). (...) state intelligence and the federal police are clearly involved... but there is also evidence pointing to the involvement of agencies ranging from Immigration to the Foreign Ministry (...)” (GARRÉ, in ROTHER, 2002). Tradução nossa.

responsável pelo enfraquecimento do poder central argentino tem sido marcante desde seu período ditatorial, o qual teria concedido autonomia suficiente para que grupos paramilitares e a agência de inteligência do Estado agissem livremente contra os seus opositores e, com isso, fosse responsável pela perpetração de inúmeros crimes.

Obviamente que não podemos e nem pretendemos afirmar aqui que os atentados ocorridos em 1992 e 1994 foram considerados como desejáveis pelo governo. Também não pretendemos esclarecer ou apresentar os reais culpados por esses crimes. Não cabe a essa pesquisa estabelecer isso, no entanto, é do nosso interesse analisar como o atentado contra a Amia é apresentado pela mídia argentina e qual a relação dessa narrativa com a produção do relatório oficial.

A partir de 1996, apesar das pressões iniciais, a Amia e a Daia (Delegação de Associações Israelitas Argentinas) adotaram uma postura moderada no que se refere a suas exigências perante o governo argentino. Contudo, o grupo “Memoria Activa” manteve uma postura ríspida e ainda mais radical, denunciando por vezes situações suspeitas – e até mesmo corruptas – de autoridades envolvidas na investigação. Uma delas apontou que a moderação da Daia e de seu presidente, Rubén E. Beraja, em relação ao governo Menem, estaria envolvida com favorecimentos que o Banco Central Argentino teria proporcionado ao Banco Mayo, pertencente a Beraja. O caso Amia continua em aberto e repleto de questionamentos.

De todo modo, é importante ressaltar que é do interesse de setores kircherenistas afirmar que a versão oficial é uma tentativa americana de utilizar o discurso antiterrorismo para se infiltrar no Cone Sul; por outro lado, a versão oficial tem interesse de canalizar suas afirmações para o Irã, o que atenderia a intenções políticas da direita argentina, que alinharia sua geopolítica aos interesses americanos. O atentado Amia torna-se, então, alvo de disputa pela retórica política argentina e, muitas vezes, foge do que pode realmente ter acontecido. É preciso ir para além do atentado e enxergar as tensões geopolíticas que atuam sobre a América do Sul, especialmente na região da Tríplice Fronteira.

A divulgação de informações não confirmadas foi responsável pela construção de rumores conspiratórios nos meios jornalísticos argentinos, rumores esses que foram disseminados pela sociedade. Outrossim, o clima de medo e histeria propagado pelos veículos de comunicação sobre um possível terceiro atentado contribuiu para alarmar

ainda mais a sociedade e para alimentar o imaginário de islamofobia e antijudaísmo. Portanto, é necessário ressaltar aqui que, antes de se caracterizar como um ataque antissemita, o ataque contra a Amia foi, sobretudo, um ataque contra a comunidade civil argentina.

Diante disso, verificou-se inicialmente que a cobertura jornalística sobre o caso Amia foi responsável pela produção de um discurso que provocou construções no imaginário social a respeito dos conflitos árabe-israelenses no território argentino. Por exemplo, no caso do jornal *Clarín*, a abordagem realizada já traz consigo uma visão pré-definida que concatena determinadas conclusões para realinhar ideias que justifiquem as acusações contra o Irã⁷. Em matéria publicada no ano de 2005, o *Clarín* se pronunciou da seguinte forma

*“(...) O promotor federal do caso da AMIA, Alberto Nisman, disse nesta tarde que a identidade do motorista suicida que se explodiu no ataque da AMIA está confirmada. Como o governo israelense havia dito, seria o libanês Ibrahim Hussein Berro. A declaração foi feita por Nisman antes dos jornalistas, depois de ter encontrado dois irmãos suicidas que moram nos Estados Unidos e testemunharam no caso. Assim, o promotor considera provado que o suicida, então com 21 anos, entrou no país pela Tríplice Fronteira antes de 18 de julho de 1994 e foi militante ativo na organização Hezbollah (...)”*⁸.(CLARÍN, 2005). Tradução nossa.

Além disso, os relatórios publicados pelo Departamento de Estado americano, *Patterns of Global Terrorism*, a partir de 2004, denominados *Country Report on Terrorism* também trazem consigo a versão de que o atentado contra a Amia foi resultado de uma ação do Hezbollah, o qual seria financiado pelo Irã, e que utilizou a Tríplice Fronteira como área de planejamento para esse ato. De acordo com o relatório *“(...) O Hezbollah é intimamente aliado, e muitas vezes dirigido pelo Irã, mas tem a capacidade*

⁷ Ver: Atentado a la AMIA: el fiscal dice que está identificado el autor material. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 2005. Disponível em < https://www.clarin.com/ediciones-antiores/atentado-amia-fiscal-dice-identificado-autor-material_0_SJ7dyDy0Yx.html > Acesso 01 fev 2017;

⁸ *“(...)El fiscal federal de la causa AMIA, Alberto Nisman, dijo esta tarde que la identidad del conductor suicida que se inmoló en el atentado a la AMIA está confirmada. Tal como lo había afirmado el gobierno israelí, se trataría del libanés Ibrahim Hussein Berro. La afirmación la realizó Nisman ante periodistas, luego haber encontrado a dos hermanos del suicida que viven en Estados Unidos y declararon en la causa. De esta forma, el fiscal considera probado que el suicida, de entonces 21 años, ingresó al país por la Triple Frontera días antes del 18 de julio de 1994 y era activo militante en la organización Hezbollah (...)”*.

*e vontade de agir de forma independente (...)»*⁹. (PGT/CRT 2004 In: Estados Unidos, 2005, p. 99. Tradução nossa) e ainda afirma, “(...) *O Hezbollah também atacou a embaixada israelense na Argentina em 1992 e o centro cultural israelense em Buenos Aires em 1994 (...)»*. (PGT/CRT 2004 In: Estados Unidos, 2005, p. 99. Tradução nossa)¹⁰

Assim sendo, percebe-se, então, que o relatório elaborado pelo Procurador Alberto Nisman foi diretamente influenciado por esse discurso, uma vez que ambos apontam para o atentado como resultado da influência iraniana na região da Tríplice Fronteira. Dessa forma, os jornais selecionados definiram como abordagem sobre os atentados ocorridos na Argentina que, os argentinos foram vítimas de um conflito completamente alheios a eles.

A construção desse discurso está ancorado em dois argumentos principais: 1) forte presença da comunidade árabe na tríplice fronteira e 2) a detenção de um iraquiano (Adnam Mohamed Yasif) em Paso de Los Libres no dia do atentado. Chama-nos a atenção que o jornal *Clarín* tenha desacreditado a nota oficial da Polícia Federal brasileira em Foz do Iguaçu, a qual negou quaisquer envolvimento da comunidade islâmica local com células terroristas. Além disso, o jornal ratificou a ideia de que havia atuação de grupos terroristas na região, mesmo após as autoridades brasileiras terem confirmado que a comunidade islâmica local era pacífica.

Considerações finais

A construção de um imaginário generalizado sobre a comunidade islâmica da região foi uma das principais marcas estabelecidas pela mídia argentina, que rapidamente sinalizou os muçulmanos como os principais culpados pelos ataques contra a Amia. Portanto, o discurso construído pelos jornais estava vinculado ao público ao qual o jornal

⁹ “(...) *Hizballah is closely allied with, and often directed by, Iran but has the capability and willingness to act independently (...)»*. (PGT/CRT 2004 In: Estados Unidos, 2005, p. 99);

¹⁰ “(...) *Hizballah also attacked the Israeli Embassy in Argentina in 1992 and the Israeli cultural center in Buenos Aires in 1994 (...)»*. (PGT/CRT 2004 In: Estados Unidos, 2005, p. 99).

se dirigia. Ainda que contivessem variações, os jornais compartilhavam a argumentação de que a Argentina não possuía nenhum papel de importância nos eventos decorrentes, tendo sido o atentado motivado por razões completamente externas ao país.

Diante do que fora exposto, acreditamos que o Relatório no caso Amia elaborado pelo procurador Alberto Nisman, o qual teria recebido o apoio da Foundation for Defense of Democracies, atende a uma geopolítica estadunidense que, apesar de ter sido iniciada em 1979, depois da Revolução Iraniana, foi reforçada após os eventos ocorridos no 11 de setembro e seria uma evidência material do exercício do *softpower* americano exercido ao longo da Guerra ao Terror.

Essa política de combate ao Irã manifesta-se oficialmente no Relatório 11 de Setembro publicado em 2004. Em nossa perspectiva, ambos os documentos canalizam suas acusações para o Irã e o apontam como o principal responsável pelo financiamento do terrorismo islâmico global.

A política de combate ao terrorismo assumida após os atentados de 2001 apontou para a Tríplice Fronteira como uma área de financiamento para atividades terroristas. Tal comportamento demonstra que os Estados Unidos se valem da premissa de *legítima defesa aplicada ao terrorismo* como um exercício de força desproporcional, pois, esse mesmo direito não poderia ser utilizado por outros países para a realização de atividades de monitoramento ou de força militar em solo americano. Evidencia-se assim, um verdadeiro *nó górdio* exposto na América do Sul resta a dúvida se os Estados Unidos, assim como, Alexandre, o Grande, utilizarão a espada para desatá-lo.

Referências bibliográficas

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: editora Apicuri, 2010;

_____. AMARAL, Arthur Bernardes do. O problema do terrorismo internacional na América do Sul e a Tríplice Fronteira: histórico e recomendações. in: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. CHAVES, Daniel Santiago (Org.) **Terrorismo na América do Sul: Uma ótica brasileira**. Rio de Janeiro: editora Multifoco, 2010 p.161-180;

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos - Conflito e Integração na América do Sul: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003;

_____. **A desordem mundial: O espectro da total dominação**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017;

CHAVES, Daniel Santiago (Org.) **Terrorismo na América do Sul: Uma ótica brasileira**. Rio de Janeiro: editora Multifoco, 2010;

Cunha, Ciro Leal M. da. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro**. Dissertação (Mestrado) — Instituto Rio Branco — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009;

ESCUDE. Carlos. GUREVICH. Beatriz. Limits to Governability, Corruption and Transnational Terrorism: The Case of the 1992 and 1994 Attacks in Buenos Aires. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. Tel Aviv, n. 2, vol. 14, 2003; Disponível em <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/922/958>> Acesso 19 set 2017;

FERREIRA, Marcos Alan Fagner Santos. **A política de segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro**. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010;

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Combate ao Terrorismo na América do Sul: Uma análise comparada das políticas do Brasil e dos Estados Unidos para a Tríplice Fronteira**. Curitiba: Editoria Prismas, 2016;

HERZ, John. Idealist, Internationalism and Security Dilemma. **World Politics**, v.2, n.2, p. 157-180, 1950;

NYE, Joseph S. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002;

_____. **The Benefits of Soft Power**. Harvard Business School, 2004;

_____. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Public Affairs, 2004;

ORWELL. George. **1984**. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2009;

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Tradução de Thomas Cleary. 10 ed. Rio de Janeiro. Ed: Pensamento, 1998;

WIARDA, Howard. **The Crisis of American Foreign Policy**. Ny: Rowman & Littlefield, 2006, p. 59-92.

Relatórios

BURGOS, Marcelo Martinez . NISMAN, Alberto. **Office of criminal investigations AMIA CASE**. Investigations Unit of the Office of the Attorney General, 2006;
ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. Country Reports on Terrorism 2004, Washington DC: GPO, 2005. Disponível em <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/c14813.htm>> Acesso 08 abril 2017;
KEAN, Thomas H.; HAMILTON, Lee H. **The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks upon the United States**. Washington: Government Printing Office, 22 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>> Acesso em 15 abril 2017;

Jornais selecionados

Atentado a la AMIA: el fiscal dice que está identificado el autor material. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 2005. Disponível em < https://www.clarin.com/ediciones-antteriores/atentado-amia-fiscal-dice-identificado-autor-material_0_SJ7dyDy0Yx.html> Acesso 01 fev 2017;
GUAJARDO, Carlos. Antonietti hablo de la Embajada de Israel y la AMIA. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 17 de abril de 1996, Caderno de Política;
LAVIERI, Omar. AMIA: procesaron a tres policías por la conexión local del atentado. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 1 de agosto de 1996, Caderno de Política;
Las tres pericias en conflicto. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 31 de março de 1997, Caderno de Política;
Dinero polemico : quien es alejandro antonini wilson, el hombre de los us\$ 800.000. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 09 de agosto de 2007, Caderno de Política. Disponível em <https://www.clarin.com/ediciones-antteriores/empresario-enigmatico-relaciones-industria-belica_0_SJx4G11AFl.html> Acesso em 17 mar 2018;

SANTORO, Daniel. La denuncia de Nisman Cristina, cerca del peor escenario en la causa del Pacto con Irán. **Jornal Clarín**. Buenos Aires, 10 de outubro de 2017, Caderno de Política. Disponível em <https://www.clarin.com/politica/cristina-cerca-peor-escenario-causa-pacto-iran_0_B1gZgtFhZ.html> Acesso em 16 mar 2018;

Critican la investigación del atentado a la AMIA. **La Nación**. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/170913-critican-la-investigacion-del-atentado-a-la-amia>> Acesso 09 mar 2017;

Otra vez. Horror por el atentado en la AMIA. **Página 12**. Edición especial. Buenos aires 19/07/1994. Disponível em

<<https://www.pagina12.com.ar/especiales/15aniversario/15.htm>> Acesso 14 mar 2017;

ROHTER, Larry. Iran blew up Jewish Center in Argentina, **New York Times**, 2002; Disponível em < <http://spme.org/newsletter/nytimes-com-article-iran-blew-up-jewish-center-in-argentina-defector-says/>> Acesso 15 set 2017;

FAIOLA, Anthony. U.S. Terrorist Search Reaches Paraguay. **The Washington Post**. 13 de outubro de 2001. Disponível em <

https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2001/10/13/us-terrorist-search-reaches-paraguay/f69d9ed5-bee6-4b55-af81-cbdd43025371/?utm_term=.f922c67d0419> Acesso 15 mar 2017.